



## ASSENTAMENTOS RURAIS NA REGIÃO DE ANDRADINA: O PONTO DE PARTIDA PARA NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS

Marco Aurélio da Silva Arlindo<sup>1</sup>

### RESUMO

O trabalho analisa a transformação das fazendas desapropriadas pelo Estado em assentamentos rurais, entendendo-o como ponto de partida para o desenvolvimento de novas dinâmicas territoriais. Para isso, a pesquisa desenvolveu-se à luz da corrente teórica que entende a existência da questão agrária brasileira, bem como, da compreensão do campesinato enquanto classe social inerente ao desenvolvimento do capital. Partindo desta concepção, concebemos o território como categoria central da investigação geográfica, entendendo-o com resultado das relações sociais específicas que repercutem no espaço ao longo do tempo. Em consonância com a análise bibliográfica acerca do tema o estudo *in loco* em dois assentamentos na Região de Andradina, estado de São Paulo, foi fundamental; as ferramentas para a coleta de dados foram entrevistas estruturadas e semiestruturadas, além das informações socioeconômicas e de produção dos assentamentos estudados. Mesmo não superando a concentração fundiária da região após a criação dos assentamentos, observamos, nas pequenas frações camponesas do território, os feitos das políticas agrárias. A inclusão produtiva dos beneficiários da Reforma Agrária significou melhora alimentar e ocupação com possibilidade de renda, reforçando a importância e a viabilidade da democratização fundiária.

**Palavras-chave:** Assentamento Rural, Latifúndio, Reforma Agrária, Dinâmicas territoriais.

### ABSTRACT

The article analyzes the transformation of farms expropriated by the State into rural settlements, understanding it as a starting point for the development of new territorial dynamics. For this purpose, the research was developed in the light of the theoretical framework that understands the existence of the Brazilian agrarian issue, as well as the understanding of the peasantry as a social class inherent to the development of capital. Based on this conception, we conceive the territory as a central category of geographic investigation, understanding it as a result of specific social relations that affect space over time. In line with the bibliographical analysis on the subject, the *in loco* study in two settlements in the Andradina Region, state of São Paulo, was fundamental; the tools for data collection were structured and semi-structured interviews, in addition to socioeconomic and production information from the settlements studied. Even not overcoming the land concentration in the region after the creation of the settlements, we observed, in the small peasant fractions of the territory, the feats of agrarian policies. The productive inclusion of the beneficiaries of the Land Reform meant an improvement in food and occupation with the possibility of income, reinforcing the importance and viability of land democratization.

**Keywords:** Rural Settlement; Latifundio; Land Reform; Territorial Dynamics.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL), m.marcoarelio@gmail.com.



## INTRODUÇÃO

O interesse pela renda fundiária, isto é, o lucro extraordinário, tem historicamente bloqueado a Reforma Agrária no Brasil, por isso não entra mais nas pautas políticas do país. Todavia, os trabalhadores do campo têm mostrado que a luta pela terra, mesmo com baixo engajamento nos últimos anos, permanece sendo o caminho possível para melhores condições de vida. A Região de Andradina se insere nesse processo histórico. A luta pela terra, intensificada na década de 1970, pressionou o Estado a criar os projetos de assentamentos rurais, assim, contribuindo com o processo de criação e recriação do campesinato por meio de sua territorialização.

Neste contexto, o presente trabalho<sup>2</sup> analisa a transformação das fazendas desapropriadas em projetos de assentamentos rurais da Região de Andradina, entendendo-o enquanto ponto de partida para o desenvolvimento de novas dinâmicas territoriais. Para isso, contextualizamos historicamente a questão agrária regional, o latifúndio, assim como, os resultados da luta pela terra. Por conseguinte, analisamos a transformação de duas fazendas em assentamentos rurais, a saber: o assentamento Timboré, em Andradina; e o assentamento Estrela da Ilha, situado em Ilha Solteira, ambos municípios da região estudada.

Situada no Noroeste do estado de São Paulo, a Região de Andradina, *lócus* da pesquisa, pertence à Região Intermediária de Araçatuba, segundo a nova regionalização do IBGE (2017). Constituída por 11 municípios, possui 37 projetos de assentamentos rurais, sob tutela do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A luta pela terra, na “Terra do Rei do Gado”, como é conhecida a região, promoveu a desapropriação do latifúndio, assentando 3.423 famílias (INCRA, 2019), que constroem seu modo de vida baseado em relações não-capitalistas numa fração de 63.879 hectares.

Partindo desse recorte, a pesquisa se desenvolveu à luz da concepção teórica que entende a questão agrária brasileira como ainda não resolvida. Todavia, como os estudos sobre esta temática são amplos e divergentes, optamos pelo fio condutor da realidade concreta expressa na corrente teórica representada por Oliveira (2003, 2007, 2010 e 2016) e Martins (2011). Os autores citados também são bases para compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro.

---

<sup>2</sup> O trabalho é parte de pesquisa de doutorado intitulada “Dinâmicas virtuosas da reforma agrária na Região de Andradina/SP”, defendida em 2020 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).



Shanin (2008), Chayanov (1974) e Wolf (1970) também são referências centrais no trabalho, principalmente sobre a apreensão das singularidades do modo de vida camponês. A luz das contribuições de Mitidiero (2011), Sauer (2005), Leite (1997) e Bergamasco; Norder (2003) buscamos compreender as transformações produzidas a partir da criação dos assentamentos rurais. Autores como Fernandes (1999), Fabrini (2008), Bombardi (2017), Valério (2019) e Thomaz Junior (2002) também foram fundamentais, pois contribuíram para a compreensão das transformações no campo mediante desenvolvimento do capitalismo.

Partindo desse arcabouço teórico, elencamos o território como categoria central de investigação geográfica, dessa maneira, analisamos os desdobramentos territoriais produzidos pelos projetos de assentamentos rurais, pois entendemos, o mesmo a partir das relações sociais específicas que repercutem no espaço ao longo do tempo. Nossa concepção está baseada em Raffestin (1993) e Oliveira (1999). Por isso, concebemos o território a partir da perspectiva da luta de classes, pois nela está a fonte do movimento responsável pela expropriação e apropriação de frações do território (OLIVEIRA, 1999).

Desse modo, a investigação geográfica se concretizou na pesquisa empírica aprofundada pelo caminho metodológico do diálogo com a teoria, articulando-a com os dados obtidos *in loco* no campo entre 2018 e 2019. As ferramentas para a coleta de dados primários no campo foram entrevistas estruturadas e semiestruturadas. Além dos dados coletados, a pesquisa contou também com informações socioeconômicas e de produção dos assentamentos estudados, disponibilizado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário de Andradina, relativo ao cadastro rural dos assentamentos da Reforma Agrária. Em consonância às entrevistas e informações quantitativas dos lotes, utilizamos dados dos Censos Agropecuários e da Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do INCRA, do portal de transparência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Instituto Econômico Agrícola (IEA) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) regional.

## **REGIÃO DE ANDRADINA: QUESTÃO AGRÁRIA, LATIFÚNDIO E LUTA PELA TERRA**





Tabela 1, a configuração fundiária atual da região. Nos resultados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017), ao somar as classes de áreas até 100 hectares, observamos que os 5.081 estabelecimentos (90,8%), dominam 17,9% da área agricultável; considerando até 20 hectares, 72,8% dos estabelecimentos dominam apenas 9% da área. Na outra ponta, os 132 estabelecimentos com mais de 500 hectares, isto é 2,4%, ocupa nada menos que 65,3% da área declarada ao IBGE.

Tabela 1 - Estrutura fundiária da Região de Andradina - 2017

Classes de área por hectares	Censo Agropecuário - 2017			
	Nº Estab.	(%)	Área (ha)	(%)
Até 20	4.075	72,8	44.510	9
20 – 100	1.006	18	44.020	8,9
100 – 500	380	6,8	82.157	16,8
Mais de 500	132	2,4	320.694	65,3
<b>Total</b>	<b>5.593</b>	<b>100</b>	<b>491.381</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Fonte de Dados SIDRA, 2020. Organizado pelo autor.

A desigualdade histórica na distribuição da terra é inerente ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro, pois, conforme Martins (2011), a terra concentrada é possibilidade de extração da renda social; por isso o capitalismo tardio, no Brasil, dispensou a Reforma Agrária. Como contradição do desenvolvimento do capitalismo no campo, a luta pela terra na Região de Andradina (SP) eclodiu nas últimas décadas, principalmente após 1970<sup>3</sup>. As lutas, protagonizadas pelos camponeses sem-terra e por trabalhadores da cidade, levou à territorialização e à (re) criação do campesinato.

As informações apresentadas na Tabela 1 revela a manutenção do regime de monopólio fundiário, mesmo após a criação dos 37 assentamentos rurais. Entretanto, mesmo dominando pequena fração do território, os assentamentos rurais representam o encontro do campesinato com a terra, minimizando parte da exclusão produzida pela propriedade capitalista, seja ela improdutiva seja ela com roupagens modernas dadas pela tecnificação da agricultura. Assim:

Sem tocar na elevada concentração fundiária e priorizando a grande ou média empresa agrícola patronal, e até mesmo uma reduzida parcela de pequenos proprietários, a modernização da agricultura brasileira foi marcada pela exclusão social, pela formação de uma

<sup>3</sup> O primeiro assentamento na região foi criado no final da década de 1970 em Andradina (SP), na fazenda Primavera. A luta dos posseiros da Primavera ficou marcada nacionalmente pela origem do MST no estado, conforme Fernandes (1999, p.57): “A Fazenda Primavera, [...], era terra grilada. Nessa terra nasceu a primeira luta da gestação do MST em São Paulo”.



classe de assalariados rurais com péssimas condições de vida, pelo desemprego, especialmente o sazonal, e pela precariedade das condições de trabalho. (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p. 109).

Nesse contexto, é certo que sem a criação dos projetos de assentamentos rurais, o campo estaria muito mais vazio. De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010), a Região de Andradina possuía 181.712 habitantes, sendo a população rural 11,8% (21.463) do total. Em 1970 (Censo Demográfico, IBGE), a população rural na região era de 77.757, representando, naquela década, 45,3% de toda a população.

A redução da população do campo está associada a dois processos: o primeiro é a expansão das pastagens pós década de 1950, que a partir da crise do algodão, teve incremento de 342.161 ha, passando de 182.407 (1950) para 524.658 ha (1980), representando naquela década, 76,15% da área regional. No entanto, os últimos Censos Agropecuários, aponta para redução da área de pastagens na região, conforme Tabela 2.

Tabela 2 - Utilização das terras (hectares) na Região de Andradina

<i>Ano</i>	<i>Lavouras Permanentes</i>	<i>Lavouras Temporárias</i>	<i>Pastagens</i>	<i>Matas e Florestas</i>	<i>Outros</i>	<i>Total (ha)</i>
<b>2006</b>	22.660	87.946	302.143	34.505	21.763	<b>469.017</b>
<b>2017</b>	16.197	244.333	192.702	29.428	8.721	<b>491.381</b>

Fonte: SIDRA, 2020. Organizado pelo autor.

Em consonância a redução das pastagens, a Tabela 2 mostra o aumento significativo das lavouras temporárias. Em 2006, ocupavam 18,7% de toda a área dos estabelecimentos; em 2017, era 49,7%, sendo a cana 72,1% (176.285 ha) desse tipo de lavouras. Por outro lado, a tabela mostra redução de 28,6% na área de lavoura permanente. Houve também recuo na área de Matas e Florestas e redução de 36,3% na área de pastagens, comparando os números de 2006 e de 2017.

Para Bini (2008, p. 129), a expansão da cana-de-açúcar, nas últimas décadas, está associada à busca por novas áreas, já que o país buscava expandir a produção de etanol, atendendo ao mercado mundial e a demanda interna devido a fabricação de carro flex. Assim sendo, a criação de políticas públicas, como o Proálcool<sup>4</sup>, que visava expandir a cana-de-açúcar sobre novas áreas, deve ser analisada no contexto da mundialização da economia brasileira. Em relação à expansão dessa lavoura, Thomaz Júnior (2002) destaca o papel do Estado, pois antes mesmo do Proálcool os produtores

<sup>4</sup> O Proálcool foi instituído pelo decreto 76.593/1975, selando a mediação do Estado na atividade sucroalcooleira e privilegiando a burguesia nacional/internacional. Sobre o Proálcool e a expansão da cana no interior paulista ver Thomaz Júnior (2002).



de cana-de-açúcar, especialmente os paulistas, desfrutaram de intensa política de créditos subsidiados para essa produção. Política essa, de caráter nacional, denominada Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Oliveira (2016), advertiu sobre os impactos produzidos pela mundialização da agricultura brasileira na produção de alimentos, principalmente nos lugares de expansão dos agrocombustíveis, como é o caso da cana-de-açúcar. Para o autor, o agronegócio brasileiro pegou carona na crise mundial<sup>5</sup>, por isso observamos, pós 2008, a expansão da cana no Brasil, especialmente no estado de São Paulo. Nesse estado, em 1995/6, havia 2,2 milhões de hectares com cana-de-açúcar; em 2006, a área plantada foi de 3,1 milhões de ha; em 2017, saltou para 4,8 milhões de ha. Esse processo é característico do setor sucroalcooleiro e deriva da territorialização do capital monopolista no campo, atuando no:

[...] controle da propriedade privada, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção agropecuária e florestal (silvicultura). Ou seja, o proprietário da terra, do capital agrícola e do capital industrial é a mesma pessoa física ou jurídica. (OLIVEIRA, 2016, p.127).

Com a expansão do setor sucroalcooleiro, o Brasil entrou no rol dos maiores exportadores de açúcar e etanol do mundo e São Paulo o maior produtor do país. Em 2018, o Brasil arrecadou US\$894,24 milhões com a exportação de etanol, sendo 1.341.523 toneladas de etanol; 93% foram produzidos no estado paulista e 57% exportado para os Estados Unidos. Em relação ao açúcar (bruto e refinado), foram exportados US\$6.524,49 bilhões no mesmo ano, sendo 21.259.204 toneladas no país e o estado paulista participou com 65%. Mesmo sendo um dos maiores produtores de açúcar e etanol o Brasil contraditoriamente importou, em 2018, US\$743,28 milhões de etanol, sendo 1.403.149 toneladas; 99,7% do etanol foi importado dos EUA. Do total de etanol importado, 22,1% foi para São Paulo e 62,4% para o Maranhão. (MDIC, 2019).

Considerando o conflito de classes no processo de construção do território, ressaltamos o oportunismo dos latifundiários da Região de Andradina, uma vez que diante da crescente luta pela terra, muitos dos detentores de fazendas apontadas pelo

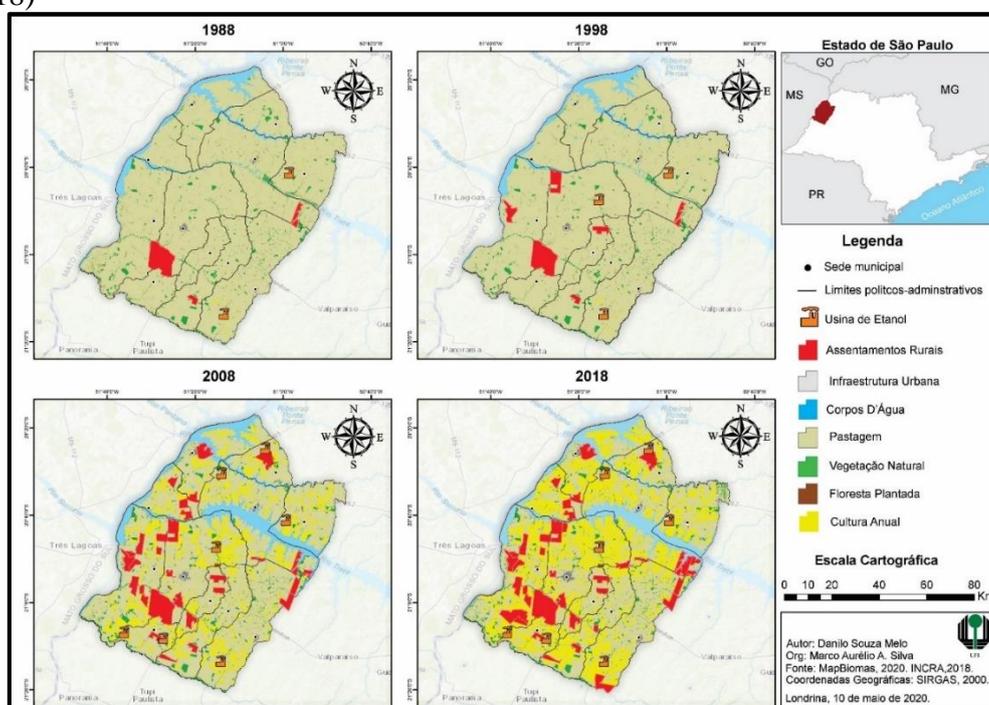
---

<sup>5</sup> A crise resultou do aumento dos preços do petróleo e elevando os custos dos agrotóxicos e dos fertilizantes, assim como o aumento da demanda de etanol no mercado mundial, e não nacional como o governo queria que transparecesse. (OLIVEIRA, 2016).

INCRA e ITESP (início da década de 2000) como improdutivas, as colocaram na rota da expansão da cana, ocultando a improdutividade e suas origens duvidosas.

Portanto, além do aumento na demanda de etanol, a cana-de-açúcar se expandiu na região em consonância à intensificação da luta dos movimentos sociais no campo. A década de 2000, com a ascensão dessa lavoura, notou a construção de quatro das sete destilarias da região e, também, a criação de 29 dos 37 assentamentos rurais. A Figura 2 mostra a evolução da cana, a criação das destilarias e a criação dos assentamentos rurais entre 1988 e 2018.

Figura 2 - Evolução da cana e criação dos assentamentos na Região de Andradina (1988 a 2018)



Fonte: IBGE, 2017; INCRA; 2019.

Em 1988, havia na região duas destilarias, em Mirandópolis e Sud Mennucci. A pastagem predominava, cercando os três assentamentos criados até aquele momento. Em 1998, pouco se alterou em relação à pastagem; com a criação da destilaria em Andradina, a região contava com três usinas e seis assentamentos. A década de 2000 marca profundamente a mudança na paisagem pela expansão exponencial da cana-de-açúcar como alternativa dos latifundiários à luta pela terra na região. Em 2008, havia



sete destilarias<sup>6</sup> e, por outro lado, 30 dos 37 assentamentos da região. Em 2018, devido a ascensão rápida da cana, observamos sua predominância na região juntamente com a pastagem que, juntas, cercam os assentamentos rurais.

Como destacado, a Região de Andradina possui pouco mais de 688 mil hectares, incluindo a área das cidades. No entanto, a área total declarada no Censo Agropecuário de 2017 foi de 491.381 hectares. A diferença de 197.568 ha indica irregularidade nas declarações sobre a real extensão dos respectivos estabelecimentos. O problema fica mais evidente ao notarmos a área dos imóveis declarados ao INCRA (2014), 619.439 hectares, diferença de 128.058 hectares entre os institutos. Diante das limitações da autodeclaração e considerando a área da região, a cana plantada, declarada ao IBGE (2017), representa 25,6% das terras, enquanto os assentamentos dominam apenas 9,2%.

Por conseguinte, ao somar a área da pastagem (192.702 ha) com a diferença da área (197.568 ha) não declarada ao IBGE, identificamos que o latifúndio, em grande parte improdutivo, domina nada menos que 56,6% de toda a região. Incluindo nesse conjunto a cana, temos 82,2% das terras servindo de mecanismo de exploração, de reserva de valor e patrimonial.

A Figura 2, como vimos, revela a presença marcante ainda das pastagens, ou seja, o latifúndio improdutivo se mantém, mesmo com a territorialização da cana-de-açúcar. Assim, em análise geral:

É possível observar que a expansão contraditória e desigual das relações capitalistas cria e recria relações não-capitalistas e o latifúndio, bem como o agronegócio, são exemplares dessa expansão. A acumulação não está pautada necessariamente nas relações mercadológicas (produção de mercadorias), mas na exploração da mais valia social (renda da terra). É possível verificar uma acumulação capitalista a partir de uma renda patrimonialista resultante da propriedade da terra, o que faz surgir a classe de proprietários fundiários e não só capitalista no campo. (FABRINI, 2008, p.44).

O capital, em seu desenvolvimento contraditório e desigual, se apropria de parcela significativa das terras, expandindo as relações capitalistas de produção e na mesma medida diminuindo o número de pessoas ocupadas no campo. De acordo com o

---

<sup>6</sup> As setes usinas do setor, estão distribuídas da seguinte forma (Figura 2): duas unidades da Raízen, em Mirandópolis e Andradina; duas unidades da Usina Santa Adélia, Pereira Barreto e Sud Mennucci; uma unidade Pantaleon, em Suzanópolis; uma do grupo Pedra Agroindustrial, em Nova Independência e uma unidade da Viralcool, em Castilho.



IBGE, em 1985, havia 25.727 pessoas ocupadas<sup>7</sup> nos estabelecimentos da região, sendo 12.592 produtores e familiares e 13.135 de trabalhadores permanentes e temporários. Em 2017 o número de pessoas ocupadas foi de 22.844. Deste total, 11.503 refere-se aos produtores e pessoas com laços de parentesco, os outros 11.341 formados por trabalhadores permanentes e temporários sem laços de parentesco com os produtores.

Parece não haver mudança significativa entre os Censos de 1985 e 2017, reduzindo apenas 2.883 pessoas ocupadas. Porém, se considerarmos que a luta pela terra levou a territorialização dos camponeses, notamos uma diferença significativa. Assim, dos 37 assentamentos rurais, somente o Assentamento Primavera I, em Andradina, foi criado antes de 1985; contudo são mais de 3.000 famílias assentadas em 36 assentamentos, logo, considerando o trabalho do grupo familiar, são aproximadamente, 11.400<sup>8</sup> pessoas ocupadas. Por isso, entendemos que a maior parte das pessoas ocupadas no campo, em 2017, estavam nas unidades familiares dos assentamentos rurais.

A Região de Andradina presencia seu campo se transformando num “mar” de cana, estando intrínseco a esse modelo de agricultura o uso intensivo de veneno. De acordo com Bombardi (2017, p.33), a produção agropecuária de *commodities* no Brasil realiza-se com uso intenso de agrotóxicos. Ainda segundo a autora, o país consome 20% de todo agrotóxicos comercializado no mundo, sendo 2/3 usado na soja, na cana e no milho.

Com a lavoura de cana, representando 35,9% da área total dos estabelecimentos declarados na Região de Andradina (IBGE, 2017), vários projetos de assentados rurais estão cercados pelo “mar de cana”. A manutenção das pastagens e expansão da cana-de-açúcar centra-se no interesse pela mais-valia, seja ela extraída diretamente pelas relações capitalistas, seja a mais-valia social, apropriada via sujeição da renda da terra. Sob a lógica capitalista, ambas expulsaram milhares de famílias camponesas.

Segundo o IBGE (1996), uma família rural na Região de Andradina possuía em média 3,8 pessoas, nesse sentido, se multiplicarmos pelo número de famílias assentadas (3.423), estimamos que os camponeses assentados representam aproximadamente 60% das pessoas do campo. A título de complementação, a agricultura familiar camponesa está presente em 75,9% dos estabelecimentos rurais (IBGE, 2017) da região. Cabe

---

<sup>7</sup> Para o IBGE (2019), pessoal ocupado se trata do número de pessoas trabalhando, com ou sem vínculos empregatícios, em atividades agropecuárias.

<sup>8</sup> Segundo o IBGE (1996) uma família rural da região de Andradina possuía em média 3,80 pessoas, nesse sentido, multiplicamos esse número pelas 3.000 famílias.



ressaltar que dos 37 assentamentos rurais criados na região, quatro foram formados na década de 1980, quatro na década de 1990, 28 na década de 2000 e um, sendo o último, em 2013.

Essas informações contribuem para refutarmos a concepção da extinção do campesinato no capitalismo. A luta pela terra e na terra representa uma dinâmica fundamental de reprodução social camponesa dentro do próprio sistema. Shanin (2008, p.24) identificou, nas políticas de redistribuição fundiária, a criação e recriação do campesinato brasileiro. Por sua vez, Wolf (1970, p.34) salientou: “Ao contrário do que dizem os clichês literários, os camponeses não se encontram estáticos, mas em permanente estado dinâmico [...]”.

Portanto, o acesso à terra, via política de assentamentos rurais, marcou a transformação de frações da paisagem caracterizadas pela homogeneidade para outra essencialmente diversa, sendo esse processo fundamental para ativar outras mudanças. É a transformação do latifúndio da cana e das pastagens à terra provedora de alimento sortido. Nesse sentido:

[...] O assentamento emerge diante de um território antes caracterizado pelo latifúndio improdutivo, pela terra abandonada, inativa, inercial e vazia. O projeto de assentamento governamental, levado a cabo pela contestação pública gerada pelos sujeitos sociais organizados, traz novas características ao território. O lugar, a região e as redes de relações que surgem a partir do povoamento pelos assentados do antigo latifúndio improdutivo dinamizam partes/frações do território brasileiro. (MITIDIERO JUNIOR, 2011, p. 12).

## **DO LATIFÚNDIO AOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS: O PONTO DE PARTIDA PARA NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS**

O assentamento rural, início da construção da fração camponesa do território, impõe, pelo trabalho familiar na terra, relações sociais distintas das cristalizadas no latifúndio. Essa mudança pode ser verificada na passagem das fazendas<sup>9</sup> desapropriadas para aos projetos de assentamentos rurais, a exemplo do que aconteceu com a Fazenda Timboré, transformada no P.A. Timboré, em Andradina; e a Fazenda São José da Barra, transformada no P.A. Estrela da Ilha, em Ilha Solteira.

O processo de luta da Fazenda Timboré teve início em meados da década de 1980, influenciado pela conquista dos posseiros da Fazenda Primavera, no mesmo

---

<sup>9</sup> As informações referentes foram encontradas nos processos desapropriatórios do INCRA.



município. Em 1986, a área foi considerada latifúndio de exploração pelo INCRA, logo sendo incluída nas áreas a serem desapropriadas no plano de metas do PNRA. O relatório de desapropriação apontou para 100% do Grau de Utilização da Terra (GUT), no entanto, o Grau de Eficiência na Exploração (GEE) foi de 78,2%, abaixo do previsto na Instrução Normativa nº 11, de 4 de abril de 2003. O Art. 4º assim determina:

Considera-se propriedade produtiva para fins do disposto no art. 6º da Lei nº 8.629/93, aquela que explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, Grau de Utilização da Terra - GUT igual ou superior a 80% (oitenta por cento) e Grau de Eficiência na Exploração - GEE igual ou superior a 100% (cem por cento). (INCRA, 2003).

Consta também que, em 1986, foi lavrado um auto por infração trabalhista contra a fazenda. Com a desapropriação, houve a transferência ao campesinato de 3.379 ha, assentando 171 famílias. Não consta no laudo técnico o número de famílias residentes na época da fazenda, nem informações relativas à produção agropecuária, porém, mostra que as pastagens dominavam 76,8% do imóvel, enquanto a área destinada às lavouras ocupava pouco mais de 19%.

Considerando informações de 20 lotes do Assentamento Timboré, representando 8,2% (280 hectares - 14 ha cada lote) da área total do assentamento, averiguamos que a pastagem ocupava, em 2018, 84,5%, parcela por demais significativa. Entretanto, não podemos esquecer das contribuições de Chayanov (1974), de que a lógica camponesa se difere da capitalista. Enquanto a segunda visa abocanhar a mais-valia e a renda da terra, a primeira tem na reprodução da família sua centralidade.

Identificamos, também, nos lotes estudados a média de 2,8 cabeças de bovinos por hectares, número superior à média municipal (2,05) e igual aos estabelecimentos com até 20 ha. Verificamos a superioridade do assentamento em relação aos estabelecimentos de estrato de áreas de 20 a 200 ha e de 200 a 500 ha, sendo 2,1 bovinos/hectare. (IBGE, 2017). Por outro lado, os estabelecimentos acima de 500 ha possuem em média 0,3 bovinos a cada hectare. Portanto, na terra do “Rei do Gado”, os assentados são nove vezes mais eficientes que os pecuaristas. Considerando as mudanças advindas da diferença temporal de três décadas, notamos no Censo Agropecuário de 1980, período próximo à desapropriação, que a média municipal era de 1,6 bovinos a cada hectare.



A pesquisa revelou uma a forte tendência dos assentados da Região de Andradina pela pecuária leiteira, assim, 65% dos lotes pesquisados desenvolvem essa atividade. A maioria dos assentados teve acesso ao recurso médio de R\$ 20 mil para a compra de vacas leiteiras. Oliveira (2003) nos lembra que a criação de animais para o camponês é uma espécie de “poupança” em momentos de crise.

Afora os pomares e olerícolas para autoconsumo e, eventualmente, venda, que ocupam os quintais, a área destinada à lavoura representava cerca de 15,5% dos lotes, sendo declarados mais de oito tipos de cultivos: milho, quiabo, feijão, cana-de-açúcar, urucum, sorgo, banana e capim napier; além da produção do quintal destinada diretamente ao autoconsumo. Logo, a pequena extensão de lavouras é combinada com uma diversidade relevante. Assim, Mesmo com pouca extensão cultivada, a diversidade da produção no Assentamento Timboré, pode ser observada na Figura 3.

Figura 1 - Lote no Projeto de Assentamento Timboré, em Andradina - 2019



Fonte: Trabalho de campo, out. 2019.

Na Figura 3 observamos o quintal com várias árvores nativas e frutíferas plantadas no lote (A); a plantação de mogno africano (B) nos Sistemas Agroflorestais (SAFs); as mudas (C); a diversidade na horta (D, E e F).

Para Chayanov (1974, p.89) “[...] a extensão da unidade agrícola doméstica é naturalmente determinada pela relação entre as necessidades de consumo da família e sua força de trabalho”. Portanto, o equilíbrio trabalho-consumo é para o autor o mote da



lógica camponesa, pois a organização do sítio deriva das necessidades da família projetadas no cultivo da terra.

Segundo Ploeg (2016), consoante à teoria chayanoviana, o equilíbrio trabalho-consumo e todos os elementos procedentes dele, constitui e regula a agricultura camponesa. Assim:

Os camponeses, em geral, selecionam o balanceamento que serve para distanciar a organização, o funcionamento e o desenvolvimento da unidade camponesa das proximidades do mercado, protegendo assim (ainda que apenas parcialmente) a unidade produtiva, a família camponesa e a comunidade a que pertencem das diversas ameaças inerentes a esses mercados. (PLOEG, 2016, p.15).

Cultivos diversificados em pequena escala são uma forma do campesinato diminuir sua dependência em relação ao mercado, rompendo, mesmo que parcialmente, com a lógica hegemônica na agricultura, já que a produção camponesa está subordinada à circulação (OLIVEIRA, 2010). Essa estratégia reflete o equilíbrio entre escala e intensidade, pois “[...] Escala diz respeito ao número de objetos de trabalho (unidade de terra, animais etc.) por unidade da força de trabalho. Intensidade se refere à produção por objeto de trabalho”. (PLOEG, 2016, p.78).

Esse equilíbrio, intrínseco ao balanço Trabalho-Consumo, identificado por Chayanov (1979), é mecanismo de defesa ao mercado externo, presente em momentos desfavoráveis, capaz de, segundo o autor, reduzir a dependência e aumentar a autonomia.

Para Valério (2019, p.256), “[...] o controle da escala se coloca como questão de fundamental importância, tanto para o fortalecimento da família camponesa, quanto para a conquista da sua autonomia”. O autor explica que para fugir das ações do capital comercial, a diversidade da produção é fundamental, possibilitando criar alternativas que atendam à demanda local e regional, antes limitadas aos grandes grupos varejistas.

No contexto de luta pela reprodução social do campesinato, o equilíbrio “quantidade versus diversidade” pode, segundo Valério (2019), levar à “soberania”, enquanto o desequilíbrio leva à “dependência” ao sistema hegemônico, que procura controlar a produção-distribuição-consumo, para assim sujeitar toda a renda gerada na agricultura. Portanto:

[...] quanto menor a diversidade (e maior a quantidade individual por cultivo), maior a dependência do camponês em relação aos preços



usurários impostos pelos atravessadores, posto que o mesmo fica refém da comercialização indireta, pois os mercados locais pressupõem pequenas quantidades e diversidade. No caminho oposto, quanto maior a diversidade (e menores as quantidades individuais produzidas), melhores serão as condições de negociação dos preços, de compatibilização com a demanda local e regional durante o ano todo, de segurança em relação à ocorrência de eventos climáticos extremos e, como produto disso tudo, mais fortalecida será a soberania do camponês na incorporação da maior parte da renda gerada pelo seu trabalho no campo. (VALÉRIO, 2019, p.256).

Considerar a pequena extensão cultivada como estratégia de resistência camponesa nos remete aos apontamentos de Shanin (2008, p.24), quando notou a capacidade e flexibilidade do campesinato: “[...] as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida”.

A transformação do latifúndio improdutivo em assentamentos rurais também foi verificada, na transformação da Fazenda São José da Barra em P.A. Estrela da Ilha, criado em 2005, em Ilha Solteira.

O laudo da vistoria, realizada entre os anos de 2000 e 2001<sup>10</sup> concluiu que no período havia apenas três famílias residentes na fazenda, sendo 12 pessoas, e destas, apenas quatro em regime contratual. A pastagem tornava a paisagem homogênea, ocupando 95,4% dos 2.964,3 ha da fazenda, situação lembrada pelo Sr. O., morador do assentamento: “Aqui na época era gado, tinha 4 ou 5 famílias, e só era gado. Hoje tem 200 e poucas famílias e lote de 14 hectares”. (P. A. Estrela da Ilha, Ilha Solteira, na. 2018). Não obstante, os cultivos eram alheios ao negócio da fazenda, pois 94,3 ha estavam arrendados para terceiros, cuja atividade principal era a produção de milho; havia horta, presente apenas no quintal das três famílias residentes. No que tange à pecuária, havia 3.127 bovinos, isto é, 1,1 bovinos por hectare, abaixo da média municipal naquela época, que era de 1,6 (Censo Agropecuário, 1995/96).

Com a desapropriação, a área antes ocupada por apenas três famílias assentou 208 famílias. Considerando informações de apenas 14 lotes estudado, isto é, 6,8% dos 2.855,8 hectares do P.A. Estrela da Ilha, verificamos que a cada hectare são criados em média 2,4 bovinos. Esses números evidenciam a superioridade em relação à média do

---

<sup>10</sup> De acordo com o INCRA, a Fazenda São José da Barra, Ilha Solteira, pertencia a quatro proprietários, cada um com direito a 25% da área. O relatório destaca ainda que os mesmos eram proprietários da Faz. Modelo em Vilhena (RO), com área de 7.706,30 ha.



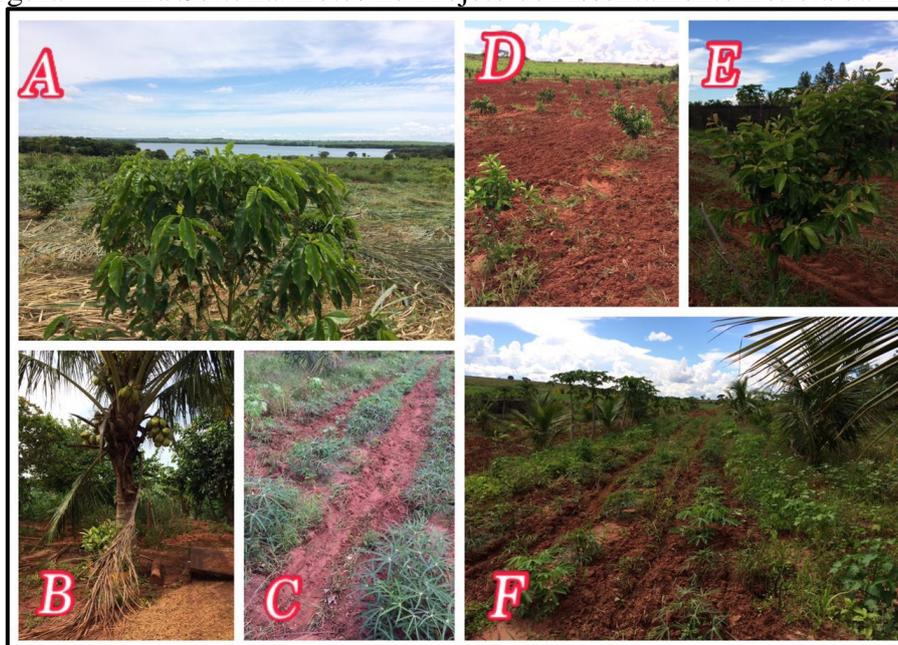
município de Ilha Solteira, 1,4 cabeça/ha (Censo Agropecuário, 2017). Esse exercício reafirma a eficiência da pequena propriedade rural, sobretudo a camponesa.

Averiguamos também a variedade na lavoura: urucum, cana-de-açúcar, coco, eucalipto, goiaba, banana, mandioca, além de pomares e hortas. Assim sendo, no P.A. Estrela da Ilha as lavouras ocupam, em média, 21,5% do lote e a área destinada à pastagem pouco mais de 55,6%. A produção em pequena escala, apontada por Valério (2019) como estratégia fundamental de resistência perante as ações do capital comercial, assim como, a diversidade produzida, é realidade concreta do assentamento.

A Fazenda São José da Barra foi considerada pelo Estado como Grande Propriedade Improdutiva. Segundo o laudo, o GUT foi de 99,9% e o GEE de 62,5%. Não foi encontrada nenhuma ação trabalhista contra a fazenda, porém, no documento de desapropriação consta que existiam pendências ambientais: “Quanto aos aspectos ambientais, existem pendências devido a não averbação de área de Reserva Legal a margem da matrícula do imóvel, e o uso inadequado de parte das áreas de preservação permanente da propriedade [...]” (RELATÓRIO INCRA, 2006).

Na Figura 4 é possível observar a produção de alguns lotes do Projeto de Assentamento Estrela da Ilha.

Figura 4 – Ilha Solteira: Lotes no Projeto de Assentamento Estrela da Ilha.



Fonte: Trabalho de campo, jan. de 2018.

Em A e B está ilustrando o lote da Dona R.: a plantação de café e ao fundo do lote um braço do Rio Paraná (A), e variedade de árvores no quintal (B), como o coco, a



manga, entre outros; da letra C a E mostram a produção do S. Manoel, como a plantação de mandioca (C), limão (D), goiaba (E) e coco com leiras de mandioca entre as fileiras (F).

Ploeg (2016), em sua obra “Camponeses e a arte da agricultura”, chamou a atenção para as diferenças entre a fazenda e a unidade camponesa:

As fazendas de modelos empresarial são, em geral, maiores do que as unidades camponesas. Elas são mais imponentes e mais mecanizadas - sinais que são quase sempre interpretados como ‘mais poderosas’ e ‘mais competitivas’. Mas as aparências enganam. Embora um único empreendimento empresarial produza mais do que uma única unidade camponesa, mil hectares de terras usados pelas unidades camponesas produzem muito mais do que os mesmos mil hectares usados pelas fazendas empresariais ou capitalistas (PLOEG, 2016, p. 149).

Isso se confirma nos casos analisados, onde os camponeses assentados imprimiram no território outra lógica, baseada principalmente na reprodução da vida das famílias assentadas. Entendemos que a transformação do latifúndio improdutivo em assentamentos rurais foi o impulso para uma nova reorganização territorial, ativando transformações positivas no campo, mas também, na cidade, pois como notou Marques (2002, p.105): “[...] O espaço rural [campo] e o espaço urbano [cidade] serão concebidos como partes constitutivas de uma totalidade que se forma na diversidade”.

Mitidiero Junior (2011, p. 13) ressalta o fato de o assentamento ser “[...] um impacto imediato na desapropriação de um latifúndio”. Do mesmo modo Sauer (2005, p. 60) adverte: “A conversão de um latifúndio, de uma grande área de terra improdutivo em um lugar de produção e vida para dezenas, centenas de famílias é apenas um aspecto da reorganização fundiária”. Concordamos também com a concepção de Leite (1997, p. 168-169), sobre o assentamento como resultado direto da desapropriação, enquanto “ponto de partida” capaz de gerar “efeitos multiplicadores”, produzindo “[...] impactos significativos no meio social, político e econômico em que atua”. O autor ressalta o assentamento enquanto “ponto de chegada”, devido a integração social experimentada no processo de luta.

A desapropriação da grande propriedade improdutivo pelo Estado brasileiro e a reorganização fundiária a partir da formação dos assentamentos rurais têm possibilitado inclusão social e produtiva aos beneficiados das políticas agrárias. Esse resultado social está revelado na fala a seguir, quando a entrevistada foi perguntada sobre os efeitos da formação do assentamento.



Tira o pobre da cidade, porque vivia lá trabalhando para os outros de boia-fria e ele vai trabalhar, ser dono do seu próprio negócio, não vai ter mais patrão. Trabalhar pro outros com diária baixa quem fica com o lucro é o patrão. E quando você planta o lucro é seu, trabalha mais feliz, mais contente pois sabe o que tá fazendo, pra você lucrar e não pros outros em cima de você. (D. N.; P. A. Santa Luzia, Guaraçaf; jan. 2019).

A fala também corrobora para compreensão de campo-cidade enquanto unidade constituída de uma totalidade, o território capitalista. As transformações de um implicam transformações no outro. Tirar o pobre da cidade e assentar no campo mostra essa questão. Considerando a transformação social que o acesso à terra permite aos sujeitos envolvidos, Sauer (2005, p. 69-70) explica:

[...] na perspectiva das pessoas envolvidas, a conquista da terra é uma 'graça alcançada', mediada pelo trabalho, pela atividade humana que, junto com a fertilidade da terra, faz ela produzir, gerando fartura e liberdade. [...] O processo de luta e a construção simbólica colocam a terra também como um lugar de vida, uma moradia, capaz de acolher e dar sentido a existência. (SAUER, 2005, p. 69-70).

A criação de um assentamento rural possibilita a recriação da classe camponesa, estando assentada no tripé terra-trabalho-família.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que a política de assentamentos rurais não tenha transformado a estrutura fundiária, as famílias camponesas dos assentamentos situados na Região de Andradina têm evidenciado, por meio da luta cotidiana na terra, uma considerada capacidade produtiva, diversidade na produção e nas atividades. Todos esses aspectos se manifestam pela potencialidade e flexibilidade do modo de vida camponês (SHANIN (2008). Entendemos, assim, que a terra é elemento essencial a reprodução social desta classe e é na luta que a flexibilidade e potencialidade são reveladas. Por meio dos dados oficiais e do trabalho de campo, verificamos que a agricultura camponesa é muito mais viável que a agricultura capitalista, lembrando que a última não está em conformidade com os aspectos da função social da terra.

A inclusão produtiva dos beneficiários da Reforma Agrária significou melhora alimentar e ocupação com possibilidade de renda, reforçando a importância e viabilidade da democratização fundiária. Mesmo não tendo sido superado a



concentração fundiária, expressa numa paisagem quase homogênea, dada a proeminência das fazendas de cana e das pastagens, nas pequenas frações camponesas do território foi possível notar os feitos das políticas agrárias: as áreas reformadas significaram inclusão social e produtiva de milhares de famílias, acesso à moradia e alimentação, ocupação, renda e lazer. No processo de implantação dos assentamentos, o trabalho próprio na terra afeta o cotidiano de uma família que antes não tinha sequer a possibilidade de produzir seus próprios alimentos.

Com desapropriação do latifúndio e a formação dos assentamentos rurais, outras relações se realizaram nas terras reformadas, ativando assim, outras dinâmicas, dentre as quais, a transformação do latifúndio da cana e das pastagens à terra provedora de alimento sortido, foram fundamentais. Dessa maneira, advertimos que a política de reforma agrária é fundamental para toda a sociedade e não apenas para os camponeses. Sua produção extrapola os limites dos próprios assentamentos, dinamizando toda uma escala local, mesmo dispendo de uma pequena fração do território capitalista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGAMASCO, Sonia Maria P. Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. 1. ed. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BINI, Danton Leonel de Camargo. **Mudanças históricas e implicações sócio-espaciais na composição das atividades agropecuárias hegemônicas na região de Araçatuba**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia. FFLCH/USP, São Paulo, 2008.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

BRASIL. Instrução Normativa Nº 11, de 4 de abril de 2003. **INCRA**. Disponível em: [https://antigo.incra.gov.br/media/docs/legislacao/instrucao-normativa/in\\_11\\_2003.pdf](https://antigo.incra.gov.br/media/docs/legislacao/instrucao-normativa/in_11_2003.pdf). Acesso em: 03 jul. 2021.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la Unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

FABRINI, João Edmilson. Agronegócio e latifúndio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**, v. 1, p. 17-32, 2008.



FERNADES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - MST (1979-1999)**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 1999.

LEITE, Sergio. Assentamentos Rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In. STÉDILE, João Pedro (org). **A reforma Agrária e a luta do MST**. 2ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARTINS, José de Souza. A aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil: aliança do atraso. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 103-135.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In.: **Terra Livre**. São Paulo, Ano 18, n. 19, jul./dez. 2002.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. Reforma agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. In. **AGRÁRIA, São Paulo (Online)**, Nº. 14, pp. 4-22, 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana. F. A. **Novos Caminhos da Geografia**. Ed. Contexto: São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Texto para discussão em reunião da CPT nacional**. Goiânia, 2003.

\_\_\_\_\_. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

\_\_\_\_\_. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

\_\_\_\_\_. **A mundialização da agricultura brasileira**. São Paulo. Iãnde Editorial, 2016.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. (Trad. Claudia freire). 1. ed. – São Paulo; Porto Alegre: EditoraUnesp; Editora UFRGS, 2016.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática, 1993 (1980).

SAUER, Sergio. O significado dos assentamentos de reforma agraria no Brasil. In. FRANÇA, Caio Galvão e; SPAROVEK. Gerd. **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005.

SHANIN, Teodor. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T; FABRINI, J. P (Org). **Campesinato e territórios em disputa**. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
**GEOGRAFIA**

55 EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Por trás dos canaviais, os nós da cana.** São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2002.

VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Agonia da comida: da expansão da cana-de-açúcar ao movimento da produção e distribuição de hortifrútis no Estado de São Paulo (2006-2017).** Tese (Doutorado), UNESP/Presidente Prudente, 2019.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas.** Tradução de Oswaldo C. C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.